



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TIAGO BONFIM GONÇALVES

**BREVE ESTUDO SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E
DO BANCO COMUNITÁRIO, COM REFERÊNCIAS AO BRASIL**

SALVADOR

2013

TIAGO BONFIM GONÇALVES

**BREVE ESTUDO SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E
DO BANCO COMUNITÁRIO, COM REFERÊNCIAS AO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado no curso de Economia da
Universidade Federal de Bahia como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Renildo Souza

SALVADOR

2013

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Gonçalves, Tiago Bonfim Gonçalves

G 635 Breve estudo sobre alguns aspectos da economia solidária e do banco comunitário, com referências ao Brasil./ Tiago Bonfim Gonçalves. _ Salvador, 2013.

43 f. : il.; graf.; quad.; tab.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia, 2013.

Orientador: Prof. Dr. Renildo Souza.

1. Bancos comunitários. 2. Economia solidária. Souza, Renildo. II.Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 306.3

TIAGO BONFIM GONÇALVES

BREVE ESTUDO SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO
BANCO COMUNITÁRIO, COM REFERÊNCIAS AO BRASIL

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Economia da Universidade Federal de Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em de setembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

Prof. Dr. Antonio Renildo Santana Souza
Faculdade de Economia da UFBA

Prof. Dra. Gilca Garcia de Oliveira
Faculdade de Economia da UFBA

Prof. Dr. Antonio Plínio Pires de Moura
Faculdade de Economia da UFBA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pela paciência e longa espera. Ao meu orientador, Prof. Renildo, que me fez enxergar que era possível concluir este trabalho e, com suas dicas e contribuições, tornou isso possível. Agradeço aos amigos Tiago Carvalho que me deu total liberdade e apoio para concluir o trabalho e Silvio Araújo que contribuiu com valioso acervo bibliográfico. Por fim, agradeço a minha namorada, Carol, pelas cobranças, brigas, incentivos e apoio que tanto me motivaram para finalizar essa monografia.

A todos, muito obrigado.

“Ninguém supera a pobreza sozinho e sem desejar superá-la” (Paul Singer)

RESUMO

Esta monografia tem o objetivo de sistematizar alguns aspectos históricos e teóricos da Economia Solidária, destacando o papel e as inovações práticas creditícias do Banco Comunitário, na realidade brasileira. Busca-se trazer diferentes correntes de pensamento, assim como o surgimento e a expansão no Brasil e no mundo, tanto dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento como do movimento solidário. Através de instrumentos como Moeda Social e Clubes de Troca, o Banco Comunitário vem desenvolvendo um importante papel na democratização do crédito no Brasil, ajudando a desenvolver comunidades carentes em diversas regiões e, principalmente, agindo como facilitador do microcrédito.

Palavras-chave: Economia solidária. Bancos comunitários. Democratização do crédito. Desigualdades sociais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da Rede dos Bancos Comunitários no Brasil	27
Figura 2: Moeda Social Palmas	32
Figura 3: Comerciantes que aceitam a Moeda Palmas	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução dos Empreendimentos de Economia Solidária, Regiões e Brasil, 1900 a 2007	18
Tabela 2 – Moedas Sociais por Estado	36
Tabela 3 – Moedas Sociais por Região	36

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	A ECONOMIA SOLIDÁRIA	12
2.1	ALGUNS ASPECTOS DAS ORIGENS HISTÓRICAS: EUROPA	12
2.2	DEBATES, CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	13
2.2.1	Além dos Limites da Economia Tradicional	14
2.2.2	Controvérsias Sobre o Anti-Capitalismo da Economia Solidária	15
3	A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	17
3.1	A CHEGADA E A INSTALAÇÃO NO PAÍS	17
3.2	EXPANSÃO	17
3.3	ALGUNS NÚMEROS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	18
4	BANCO COMUNITÁRIO	21
4.1	ORIGENS	21
4.2	CONCEITOS, OBJETIVO E CARACTERÍSTICAS	22
4.3	EM DIREÇÃO DE UM SISTEMA FINANCEIRO SOCIAL	25
4.4	A DISTRIBUIÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS PELO PAÍS	26
4.5	MOEDA SOCIAL E OS CLUBES DE TROCA	31
4.5.1	Moeda Social e os Clubes de Troca: definições e prática	32
5	CONCLUSÕES	38
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, fragilizaram, em parte, o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho e de estruturação produtiva e financeira. Tudo isso está expresso em sucessivas crises econômicas ocorridas em diversos países e regiões. Entre outras, podemos citar, em ordem cronológica, o ataque à libra esterlina por grandes fundos de investimento (1992-1993), a crise do México (1994), da Ásia (1997), da Rússia (1998), do Brasil (1999), da Nasdaq (2000), Argentina (2001) e a mais recente crise mundial (2007 a 2011).

Essas sucessivas crises de ordem financeira acabam por expor as deficiências do sistema capitalista vigente e predominante em praticamente todo o mundo, colocando em xeque a sua sustentabilidade. Tais deficiências têm atingido uma massa da população que sofre cada vez mais com o desemprego, a concentração de renda, o crescimento da violência, o consumo exagerado (por parte de uma minoria privilegiada) e a degradação do meio ambiente. Essas são as circunstâncias de uma economia focada exclusivamente na busca de taxas de lucro cada vez mais altas, tendo como resultado uma massa de excluídos.

Diante desse quadro, surge a necessidade de criarem novos e alternativos mecanismos de geração de emprego e renda, de uma forma mais justa e participativa, onde todos possam buscar melhores condições de vida e de trabalho para as populações mais carentes. E, neste contexto, é percebido no mundo o surgimento de diversos movimentos sociais com objetivo de desenvolver modos alternativos de renda que garantam melhores condições para os setores populares e, indo além, tornar-se uma fonte de crédito, estimular a economia local e despertar o espírito solidário de uma comunidade.

A Economia Solidária se encaixa perfeitamente nessa nova forma de sociedade mais justa, onde trabalhadores se unem em torno de redes ou cooperativas de trabalho e produção, onde são os proprietários dos negócios, gerando emprego e renda dentro da sua comunidade.

No Brasil, essa prática se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias, através da constituição e articulação de cooperativas populares, das redes de produção e comercialização, e feiras de cooperativismo.

A Economia Solidária traz consigo instrumentos que possibilitam colocar em prática a ideia de comércio justo, consumo sustentável e valorização das relações de cooperação, dentre outras, viabilizando assim, a interação entre os membros da comunidade local. E, um dos instrumentos concretizadores da economia solidária, é o Banco Comunitário.

O Sistema Financeiro Social (SFS), através dos bancos comunitários, tenta democratizar o crédito, possibilitando geração de renda e abertura de pequenos comércios locais, que dinamizam a economia em comunidades carentes, complementando e ao mesmo tempo contrapondo-se ao atual Sistema Financeiro Nacional que, capitaneado pelo Banco Central, é hoje um poderoso fator de concentração da renda. Os clientes atendidos pelo banco são as empresas maiores, os consumidores mais ricos e os especuladores financeiros. Os que não são atendidos geralmente são os sem propriedades e/ou rendas, empresas e consumidores em dificuldades e muitas vezes necessitando apenas de mais tempo para saldar os seus compromissos.

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma breve discussão sobre Bancos Comunitários e seu importante papel no desenvolvimento de comunidades carentes, sempre baseado nos princípios da Economia Solidária. Para tal, o problema que norteia o trabalho é: **o que são bancos comunitários e como eles interagem com as comunidades carentes ?** Os objetivos específicos são: apontar as possíveis contribuições da economia solidária para o desenvolvimento local e apresentar o conceito de Banco Comunitário.

O tipo de estudo realizado classifica-se como exploratório, pois pôde ser desenvolvido a partir de estudos teóricos existentes ou de outras investigações disponíveis. Para a realização deste trabalho, buscou-se fazer uma pesquisa bibliográfica, baseando-se em livros, artigos, dissertações e trabalhos monográficos, além de sites que tratam desse tema. Os dados utilizados foram encontrados pela internet, na página do SIES, disponibilizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho além do site do Instituto Palmas.

Para tal, o trabalho está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. O segundo capítulo fala um pouco das origens históricas da Economia Solidária na Europa. Além disso, traz alguns conceitos e características e uma discussão sobre a Economia Solidária além dos limites da economia tradicional.

O terceiro capítulo continua abordando a Economia Solidária, só que agora, apresentam-se alguns aspectos das experiências solidárias no que diz respeito ao Brasil. Aqui, é abordada a chegada e expansão do movimento solidário no país, além de alguns números, tabelas, gráficos e dados interessantes acerca da Economia Solidária.

O quarto capítulo traz para a discussão o Banco Comunitário como instrumento da Economia Solidária, objetivo de estudo deste trabalho monográfico. Conceitos e características de um banco comunitário, seus principais produtos, o Sistema Financeiro Social, a Moeda Social e os Clubes de Troca, distribuição espacial pelo país e importância no desenvolvimento social e econômico de comunidades carentes serão pontos abordados neste momento do trabalho.

Por fim, as considerações finais.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1 ALGUNS ASPECTOS DAS ORIGENS HISTÓRICAS: EUROPA

Para falar sobre Economia Solidária, se faz necessário um breve levantamento histórico de seu surgimento e dos seus principais pensadores, pois de acordo com Arroyo e Schuch (2006), a Economia Solidária não é um conceito novo e muito menos uma prática nova.

Ainda segundo Arroyo e Schuch (2006), antes mesmo do aparecimento do feudalismo e capitalismo, existiam diversas formas de organizações socioeconômicas tribais que utilizavam processos produtivos baseados na cooperação e na solidariedade, garantindo assim a máxima conversão do trabalho do grupo em ativos disponíveis à sua sobrevivência.

A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial (Singer 2002), devido ao empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção sendo a Grã-Bretanha o berço da Primeira Revolução Industrial.

Mas foi na França que as primeiras ideias de economia solidária surgiram, no início de século XIX (Arroyo e Schuch, 2006) e entre os principais pensadores destacam-se Claude Saint-Simon (1760 – 1825), Charles Fourier (1772-1873) e Pierre Proudhon (1809-1865), além de Robert Owen (1773-1858) na Inglaterra, que surge como o principal articulador do movimento solidário.

Por não apresentarem uma objetividade da luta de classes, inclusive no papel autônomo e revolucionário do proletariado, nas formulações de seus sistemas cooperativistas e de transformação da sociedade, foram chamados por Karl Marx de “Socialistas Utópicos”.

A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As longas jornadas de trabalho levavam os trabalhadores à exaustão, principalmente crianças. Diante disso, industriais como Robert Owen, começaram a propor leis que protegessem os trabalhadores. Limite da jornada de trabalho e proibir o trabalho de crianças eram algumas das propostas, isso ainda no início do século XIX.

Ainda segundo Singer (2002), a ideia de Owen era simples. Transformar o fundo de sustento aos pobres em terras e construção de Aldeias Cooperativas, permitindo que o proletariado produzisse sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre Aldeias. Isso era o que se chamava de economia de recursos, ao invés de provê-los com a “velha prática” de repartição de renda, o Estado ofertaria as terras para que eles pudessem produzir e assim gerar renda. Em pouco tempo, essa prática permitiria os usuários das terras devolverem ao Estado o que foi gasto.

Owen tornou-se objeto de grande admiração e respeito, adquirindo fama de filantrópico. Visitantes do mundo inteiro vinham a New Lanark tentar decifrar o mistério de como o dinheiro gasto com o bem-estar dos trabalhadores era recuperado sob a forma de lucro, ao fim de cada exercício. (SINGER, 2002, p. 25).

Porém, a ideia de Owen não foi bem aceita e ele perdeu seus admiradores de classe alta. Owen acabou se mudando para os Estados Unidos com a intenção de erguer num meio social mais novo, uma Aldeia Cooperativa, que servisse de modelo para pessoas de boa vontade pelo mundo.

A primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres e propôs que formassem uma comunidade para juntos viverem dos ganhos das suas atividades profissionais. Em 1821 e 1822, Mudie e seus companheiros publicaram *The Economist*, o primeiro jornal cooperativo. (SINGER, 2002, p. 27).

2.2 DEBATES, CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A partir do início da década de 1990 no Brasil, o processo de abertura do mercado (desregulamentação comercial) e a situação de falência de inúmeras empresas aumentaram ainda mais o número de desempregados, excluídos, precarizados e dos que passaram a trabalhar no denominado “setor informal” — trabalhando sem carteira, como autônomo (individual ou associado) ou em trabalho familiar — atividades que se caracterizam como de ausência de direitos assegurados publicamente. Na mesma década, além do crescimento do número do desemprego, houve uma diminuição da renda e os trabalhadores tornaram-se mais informalizados.

Nesse cenário, tem crescido no Brasil o movimento denominado “Economia Solidária”. Como resposta à realidade do mundo do trabalho, a Economia Solidária tem potencialidade de se constituir como novo modelo de organização de trabalho, como alternativa, em parte, à

informalidade e à precarização. A Economia Solidária se coloca como um novo paradigma na busca de soluções, em parte, para a crise social e econômica que gerou uma exclusão massiva de milhões de pessoas (SINGER, 2000).

2.2.1 Além dos Limites da Economia Tradicional

A economia tradicional limita-se a estudar o mercado, levando-se em consideração a lei da oferta e da demanda, sob os fundamentos da racionalidade, maximização de resultados e equilíbrio econômico. Assim, uma parte da economia real deixa de ser observada pela ciência econômica. O problema é que a economia real ou “verdadeira” pode envolver interesses de populações mais amplas do que as hipóteses convencionais dos estudos de economia. Esse tipo de abordagem simplista gera uma divergência entre Economia e Solidariedade. Como a economia seria o mundo da competição e da concorrência, então, solidariedade não se encaixaria nesse contexto.

Apesar da tradicional linha econômica, práticas como proteção ao meio ambiente, recusa ao trabalho infantil, garantia de escolaridade e pagamento de preços “justos” pelo trabalho, estão sendo cada vez mais adotados pela sociedade.

Frequentemente encontrada dentro do chamado Terceiro Setor, a Economia Solidária também é confundida com Economia Social e Economia Popular, dentre outras denominações. Cada um destes termos – Terceiro Setor, Economia Social, Economia Popular e Economia Solidária - possui por trás de si um discurso e um contexto histórico onde faz sentido o seu emprego (FRANÇA FILHO, 2002).

Segundo Kraychete (2002), designa-se como economia dos setores populares as atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidade de trabalho e não inversão de capital.

Apresentados como uma alternativa ao desemprego, os empreendimentos solidários teriam por fundamentos as relações de colaboração, justiça e solidariedade. (KRAYCHETE, 2002).

2.2.2 Controvérsias Sobre o Anti-Capitalismo da Economia Solidária

Alguns entendem a Economia Solidária como um movimento contra-hegemônico de contestação do capitalismo, que pretende construir uma nova sociedade baseada no princípio da solidariedade e da cooperação. Segundo Arruda (2003, *apud* PASSOS, 2007), a Economia Solidária seria a base de um sistema - Cultura e Socioeconomia Solidárias – que se expandiria, ocupando espaços cada vez mais amplos no interior da economia capitalista, até substituí-la.

Para Gaiger (2000), no entanto, a Economia Solidária não substituirá o capitalismo:

Imaginar a substituição da economia de mercado por uma nova Economia Solidária significa desconhecer a heterogeneidade imanente a ambas, a ambivalência dos fatos históricos que abrigam e, de forma preocupante, as margens de liberdade que, se no mercado foram refreadas pelo capitalismo, no âmbito das experiências solidárias é por certo desejável que se preservem e se ampliem. (GAIGER, 2000).

Segundo Kraychete (2000), as inúmeras atividades econômicas realizadas que ocorrem de forma individual ou familiar, juntamente com trabalhos associativos de diferentes modalidades como cooperativas, organização de microcrédito, etc. podem ser consideradas, em seu conjunto, uma economia dos setores populares que, diferentemente das empresas, onde o objetivo é a acumulação de capital, “a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada à lógica da *reprodução da vida da unidade familiar.*” (KRAYCHETE, 2000, pg. 10).

Para os empreendimentos populares, por exemplo, a perda do emprego de um membro da família tende a ser absorvido como um “custo” adicional para o próprio negócio. Ao contrário das empresas que – na busca do lucro, da competitividade e da produtividade – dispensam mão-de-obra, os empreendimentos populares não podem dispensar os filhos e cônjuges que gravitam no seu entorno. (KRAYCHETE, 2000, pg. 11).

Entende-se então que, a Economia Solidária vem se mostrando como um movimento quase alternativo ao atual cenário capitalista que impera. Porém não se trata de um movimento externo a esse modelo. Os movimentos solidários buscam, inseridos dentro do atual padrão econômico, formas diferentes de geração de emprego e renda. Sendo assim,

(...) está bastante claro que a Economia Solidária não atua em um campo fora do capitalismo e do mercado formal mas, ao contrário, busca dentro da realidade existente formas de alternativas de desenvolvimento econômico baseado em valores mais humanos, na busca da autonomia dos grupos que a praticam, em práticas sociais e ambientais sustentáveis.(COELHO, 2003, pg. 07).

Segundo Grosso e Gomes (2003), apesar da diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência da Economia Solidaria:

- A valorização social do trabalho humano;
- A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;
- O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
- A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza;
- Os valores da cooperação e da solidariedade.

3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

3.1 CHEGADA E INSTALAÇÃO NO PAÍS

Com a chegada das notícias sobre a Revolução Francesa, as ideias de solidariedade começaram a ser defendidas com mais força no Brasil, ganhando expressão política e social. E isso ocorre, sobretudo, no final do Século XIX, com a influência das ideias dos socialistas utópicos e, principalmente, com a vinda de imigrantes europeus para o país. Logo se espalharam sindicatos e cooperativas que, fortemente interligados, fazem parte da história econômica e social do país (ARROYO; SCHUCH, 2006).

Quase um século depois, a partir da década de 1980, na chamada década perdida, o movimento solidário ressurgiu no país em resposta à crise econômica e ao desemprego em massa que intensificou-se nos anos 1990, principalmente com a abertura do mercado às importações, o que enfraqueceu a indústria e a produção local, aumentando em números alarmantes o desemprego. A partir daí, a Economia Solidária então passa a ser tema de debates, conferências, trabalhos acadêmicos e políticas públicas e objeto de interesse cada vez maior entre os trabalhadores e desempregados, ou seja, pessoas das camadas mais pobres do país.

Assim como nos países europeus e nos Estados Unidos, a economia solidária ressurgiu no Brasil como forma e alternativa de defesa da classe trabalhadora contra o processo neoliberal de aniquilamento de milhões de postos de trabalho formal que se dá a partir da década de 1980 – por parte tanto da iniciativa privada como do setor público (...) levando a pobreza a se multiplicar em proporções até então jamais vistas. (ARROYO; SCHUCH, 2006).

3.2 EXPANSÃO

Nos últimos anos, o movimento solidário vem se expandindo e recebendo apoio de diversas instituições como universidades que, através das incubadoras de cooperativas populares, por exemplo, buscam ajudar comunidades a se desenvolverem economicamente de forma coletiva. Vem crescendo também o apoio de governos de todas as esferas.

No âmbito nacional, foi criada em 2003 pelo Governo Federal, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)¹. Dirigida pelo Professor Paul Singer, cabe a esse órgão fortalecer e divulgar a Economia Solidária através de políticas integradas, além de promover o mapeamento da mesma, permitindo assim aplicar políticas públicas mais adequadas a determinadas regiões do país.

3.3 ALGUNS NÚMEROS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A Tabela 1 dá uma ideia de como a Economia Solidária vem, ao longo do tempo, se tornando cada vez mais presente no Brasil. É possível notar um considerável crescimento no número de empreendimentos solidários em todas as regiões do país.

Tabela 1 - Evolução dos Empreendimentos de Economia Solidária, Regiões e Brasil, 1900 a 2007

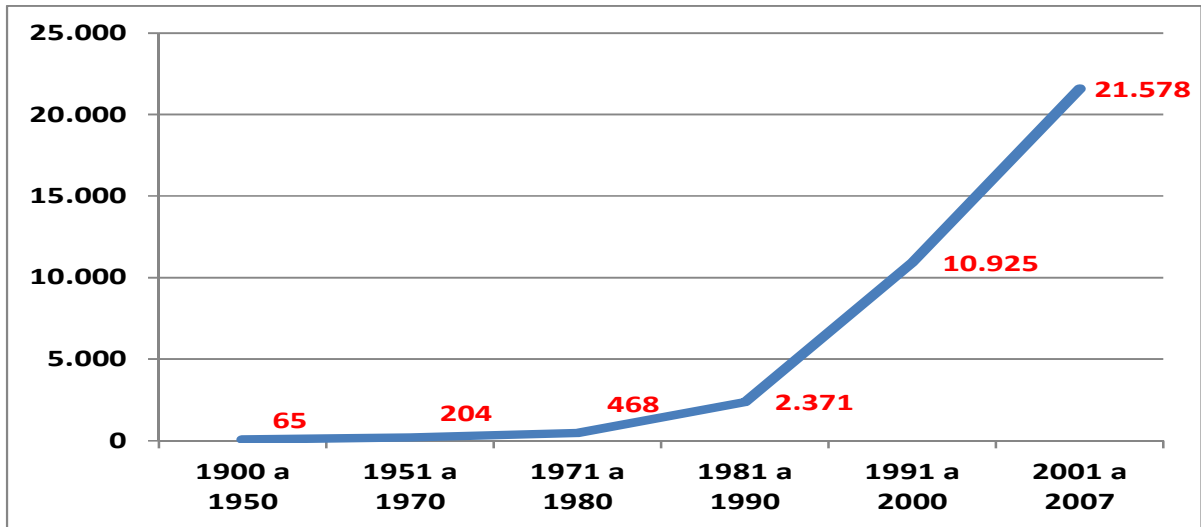
Região	1900 a 1950	1951 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2007	Total
Norte	1	14	26	222	1.184	1.107	2.554
Nordeste	32	50	120	907	4.158	4.129	9.396
Centro-Oeste	1	3	36	186	830	1.123	2.179
Sudeste	13	31	39	293	1.073	2.434	3.883
Sul	18	41	43	295	1.309	1.860	3.566
Total	65	139	264	1.903	8.554	10.653	21.578

Fonte: BRASIL, 2013

No Gráfico 1 observa-se que o período de maior crescimento do número de empreendimentos solidários foi entre 1991 e 2007, período em que a concentração de renda, desigualdade social e desemprego se tornaram mais acentuados. Esses números refletem a necessidade de se buscar alternativas para a exclusão social causada pelo regime capitalista dominante e a Economia Solidária apresenta-se como essa alternativa de mudança.

¹ Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003 (<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/>).

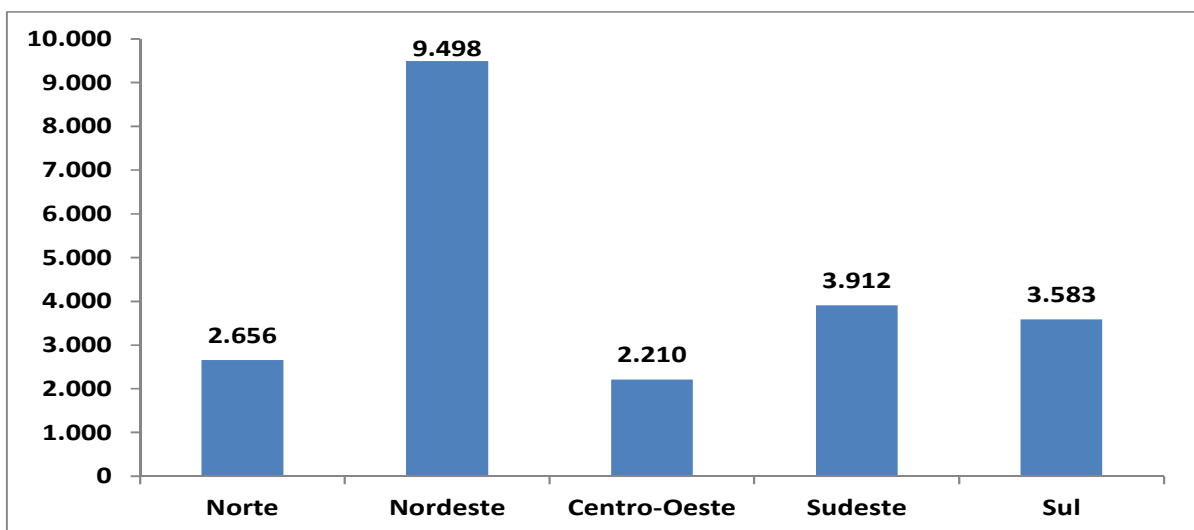
Gráfico 1 - Evolução do número de Empreendimentos de Economia Solidária, 1900 a 2007



Fonte: BRASIL, 2013

Até o ano de 2009, os Empreendimentos de Economia Solidária já somavam 21.859 em todo o Brasil. Desse total, 9.494 (43,45%) encontravam-se na região Nordeste, ou seja, quase a metade dos EES. A região com o menor número de EES era, até 2009, a região Centro Oeste, com 2.210 empreendimentos, 10,11% do total. Esses dados ficam mais claros quando observados no Gráfico 2. O Gráfico 1 mostra um crescimento surpreendente de empreendimentos solidários no país, principalmente a partir de 2000.

Gráfico 2 - Empreendimentos de Economia Solidária, Regiões 2009



Fonte: BRASIL, 2013

O Quadro 1 mostra os 20 produtos mais produzidos pelos EES². Nota-se que os produtos ligados à agricultura são os que mais aparecem nessa lista, o que indica uma maior concentração das EES em zonas rurais.

Quadro 1: Os 20 produtos ou serviços mais produzidos pelos empreendimentos, Regiões e Brasil

POSIÇÃO	PRODUTO
1ª	FEIJÃO
2ª	MILHO
3ª	FARINHA DE MANDIOCA
4ª	ARROZ
5ª	MEL
6ª	MANDIOCA
7ª	CONFECÇÕES
8ª	ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO
9ª	HORTIGRANJEIROS
10ª	BOLSAS DIVERSAS
11ª	CAPRINOS E OVINOS (CABEÇA)
12ª	ARTESANATO
13ª	PEIXE
14ª	LEITE
15ª	CASTANHA DE CAJU
16ª	BANANA
17ª	GADO (CABEÇA)
18ª	TAPETES
19ª	BORDADOS
20ª	BIJUTERIAS

Fonte: BRASIL, 2013

Os dados sobre a atuação dos Empreendimentos Solidários são catalogados no site da SENAES e são de suma importância para tornar mais eficaz a atuação do Governo e de outras entidades, possibilitando atuar em áreas específicas de cada região brasileira, identificando os seus principais problemas e entraves.

² Empreendimentos de Economia Solidária.

4 BANCO COMUNITÁRIO

Diante do grande abismo social causado pelo atual modelo capitalista vigente em quase todo mundo, que traz grande concentração de renda e gera um enorme número de desempregados, a Economia Solidária, como já foi abordado no capítulo anterior, surge como uma válvula de escape, apesar das suas limitações, para aqueles que buscam uma vida mais digna e humana.

O Sistema Financeiro Nacional (SFN), através do Banco Central do Brasil, que regulamenta e fiscaliza as instituições financeiras do país, traz consigo o poder e a marca do capitalismo e é hoje um dos grandes responsáveis pela grande concentração de renda no Brasil. Devido à alta taxa de juros cobrada por essas instituições financeiras e o grande rigor na análise para concessões de crédito, grande parte da população acaba ficando de fora desse sistema bancário ou acaba refém dele.

Atuando dentro de comunidades carentes e com a finalidade de democratizar o crédito, surge, pautado nos ideais da Economia Solidária, o Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD).

4.1 ORIGENS

Antes de aprofundar a discussão sobre Bancos Comunitários, é válido fazer uma pequena explanação sobre as primeiras idéias dessa prática no Brasil e no mundo.

Fruto de uma iniciativa de professores e estudantes de economia da Universidade de Chittagong e liderados por Muhammad Yunus, um jovem professor da instituição e chefe do Departamento de Economia, surgiu em Bangladesh, em 1976, o que vem a ser a experiência mais antiga baseada no microcrédito, o *Grameen Bank* (Banco da Aldeia). O professor observou que a fome que atingia o país em 1974 não resultava da falta de comida, mas da incapacidade de grande parte da população em comprá-la por falta de dinheiro (SINGER, 2002).

Investigando as causas da pobreza de uma aldeia aos redores da Universidade, Yunus percebeu que os pobres não eram os camponeses proprietários de terra, mas os que não tinham nenhum tipo de propriedade, na sua grande maioria mulheres. Como não tinham garantias a oferecer, não conseguiam empréstimos em bancos, ou seja, estavam excluídos do

sistema financeiro convencional, restando-lhes, como alternativa, os agiotas, que cobravam altas taxas de juros. De forma experimental, Yunus resolveu emprestar uma pequena quantia do seu próprio bolso, já que tinha observado que os valores que os pobres da região precisavam eram irrisórios (SINGER, 2002). Começa assim a história do Grameen Bank.

Segundo Garcia (2010), a proposta de Yunus foi investir no empreendedorismo de seus clientes. Sua metodologia inclui o aval solidário e a assessoria através de agentes de crédito, sendo assim a experiência que deu início a ideia de Microcrédito.

Com o amadurecimento da experiência do Grameen Bank, serviços financeiros não voltados à atividade empreendedora, como seguros de vida, poupanças e crédito para consumo, foram sendo incorporados ao escopo de serviços do banco de Yunus, visando atender a uma gama maior de necessidades das pessoas em situação de pobreza. (GARCIA, 2010, p. 8).

No Brasil, de acordo com França Filho e Silva Junior (2009), a origem dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento está na experiência do Banco Palmas, em Fortaleza – Ceará. Surgiu em 1998, através da ação da Associação de Moradores de Conjunto Palmeiras – ASMOCONP. A partir do êxito dessa primeira experiência, sua metodologia foi replicada com a criação em 2003 do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária.

4.2 CONCEITOS, OBJETIVO E CARACTERÍSTICAS

Banco Comunitário de Desenvolvimento é, de acordo com Melo Neto Segundo e Magalhães (2005), um serviço financeiro, solidário, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltado para reorganização das economias locais, na perspectiva da geração de trabalho e renda e da Economia Solidária.

Para França Filho e Silva Junior (2009), os BCD podem ser definidos como “uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano”. Ainda segundo os autores, esses bancos se estruturam a partir de “dinâmicas associativas locais” e se apoiam a uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território que atuam.

Diferentemente das práticas de microcrédito convencionais, que estão orientadas para a pessoa ou organização individual, os BCD preocupam-se

com o território ao qual pertencem, seja ele uma comunidade, um bairro ou um pequeno município. (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009).

Para Passos (2007, p. 63),

(...) o conceito de Banco Comunitário, também chamado de Banco Comunitário de Desenvolvimento, carrega uma dimensão importante, que se refere ao desenvolvimento local: mais que isso, refere-se ao desenvolvimento local em suas diversas dimensões.

De acordo com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006), pode-se definir BCD como “serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária”. Desse modo, França Filho e Silva Junior (2009) concordam com essa definição ao afirmarem que

(...) a construção de redes desse tipo é a expressão concreta de uma outra economia acontecendo nos territórios. É a forma encontrada para fortalecer as economias locais, reorganizando-as, na direção de um outro modo de promover o desenvolvimento tendo por base os princípios da economia solidária. (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009).

É objetivo dos BCD promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio-produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização, organizações de consumidores e produtores.

Seguindo na mesma linha de pensamento, Melo Neto Segundo e Magalhães (2006), afirmam que o objetivo de um BCD seria a promoção do desenvolvimento de territórios de baixa renda fomentando a criação de redes locais de produção e consumo. França Filho e Silva Junior (2009) concluem que o maior objetivo e compromisso do BCD é com a construção de redes locais de economia solidaria, através da articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais.

Em todos os conceitos abordados, é comum entre eles a palavra “rede”. Ainda segundo França Filho e Silva Junior (2009), essas redes são também conhecidas como redes de *prossumidores*, pois associam produtores e consumidores locais, causando ruptura da

dicotomia entre produção e consumo. Passos (2007) complementa o significado de rede como sendo um conjunto de indivíduos ou organizações articulados, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos comuns.

De acordo com o Termo de Referência³ dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, as principais características do BCD são:

1. É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária do mesmo;
2. Os bancos comunitários oferecem duas modalidades de crédito: uma em real e outra em moeda social circulante;
3. Suas linhas de crédito estimularam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
4. Apoiam os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros);
5. Atuar em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social;
6. Estão voltados, sobretudo aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias,
7. Sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.

Para França Filho e Silva Júnior (2009), os BCD possuem três características centrais: gestão feita pela própria comunidade, envolvendo a coordenação, gestão e administração dos recursos; sistema integrado de desenvolvimento local, que possibilita o crédito, produção, comercialização e capacitação ao mesmo tempo; e circulação de Moeda Social⁴ local no território.

Com isso, Silva Junior concorda com França Filho e Silva Júnior (2009) no que diz respeito às características dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento

³ Termo de Referência aprovado no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2007, no SESC Iparana, em Caucaia.

⁴ Moeda complementar à moeda nacional, que é aceita e reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores, o que contribui para a ampliação do consumo local no território.

(...) um banco comunitário que une – simultaneamente – produção, comercialização, financiamento e formação da comunidade local, se constitui no produto articulador das ações de organização, mobilização e capacitação dos territórios proporcionando o seu desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental. (SILVA JUNIOR *apud* FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009).

Segundo Costa (2010), os “bancos dos pobres” não fornecem crédito direto aos consumidores. Seus empréstimos são dirigidos aos produtores. São créditos para investimentos em ferramentas e matérias primas.

Os trabalhadores adquirem meios de produção. As mulheres, devedoras prioritárias, tornam-se as maiores responsáveis pelas finanças domésticas. Elas se emancipam. A revolução do microcrédito é também *revolução feminista* contra o patriarcalismo. Logo adiante, prosseguindo o negócio, elas necessitam de informações. Buscam educação. Torna-se, então, *revolução cultural*. (COSTA, 2010, p. 3).

4.3 EM DIREÇÃO DE UM SISTEMA FINANCEIRO SOCIAL

Segundo Singer (2013), o sistema financeiro vigente se compõe de três partes: uma parte capitalista, que são os bancos, corretores etc., e esses sempre buscam o lucro; uma outra parte estatal, que são os bancos federais e estaduais, com o objetivo de prestar serviços públicos a população; e uma terceira parte composta por uma grande variedade de intermediários financeiros, que visam o atendimento das necessidades de pessoas sem acesso aos serviços disponibilizados pelas duas primeiras partes.

O sistema financeiro oficial é, em grande parte capitalista e desde sua origem tem financiado papas, reis, impérios e outras tantas pessoas portadoras de títulos e riquezas, além de ser o seu fiel representante na preservação do valor por eles confiado ao banco. Recentemente, empresários de médio e pequeno porte e assalariados tiveram abertas as portas do sistema financeiro. Porém, uma grande massa da população, os financeiramente incapazes, continua alijada do sistema, sem acesso aos serviços financeiros, muito menos ao crédito por eles disponibilizado.

Diante desse quadro, é proposto um sistema financeiro social, que segundo Singer (2013), teria a função de complementar o sistema atual existente, mas ainda assim ser seu concorrente, de forma que “cada unidade dele – banco, fundo de investimento, companhia de

seguros etc. – disputaria com as unidades do sistema convencional o dinheiro dos depositantes, tendo como atrativo a sua função social” (SINGER, 2013).

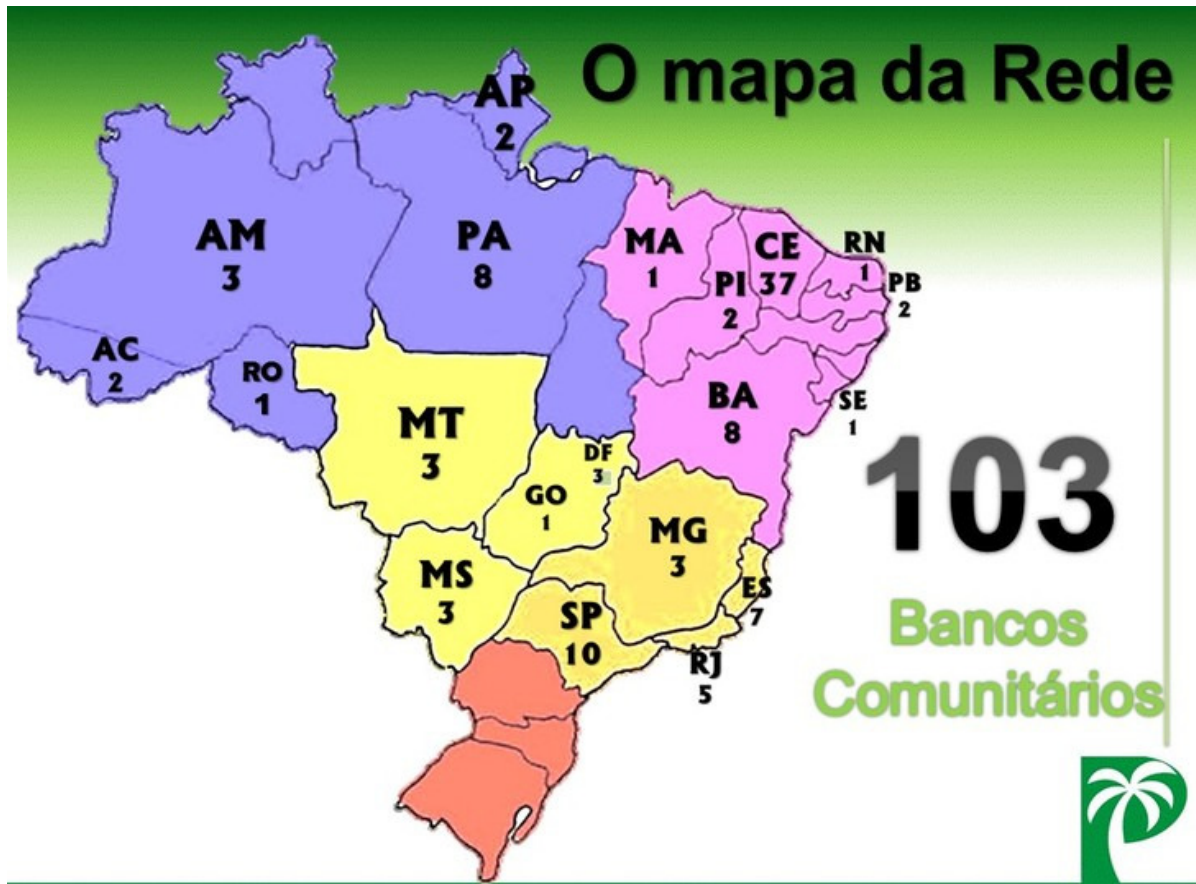
O Sistema Financeiro Social se distinguiria do Sistema Convencional por ter, em seu estatuto, o compromisso de priorizar em sua política de crédito determinadas finalidades sociais.

Singer ainda afirma que este seria um sistema cuja prioridade não seria apenas o depositante, mas também o tomador de empréstimo e traz como objetivo do SFS a solução de uma série de problemas sociais que seriam, entre outros: inserção produtiva de beneficiários de programas de transferência de renda; preservação de postos de trabalho em empreendimentos de autogestão; apoio financeiro à propagação da agricultura ecológica e outras práticas amigas da natureza; crédito educativo para estudantes carentes; financiamento de empreendimentos de economia solidária; depósitos em fundos comunitários e bancos comunitários; financiamento da produção ecológica de fontes vegetais de energia renovável.

4.4 A DISTRIBUIÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS PELO PAÍS

Desde 2008, ano da criação do Banco Palmas, mais 102 bancos comunitários foram criados no Brasil, chegando a março de 2013 a um total de 103 bancos que compõem a Rede de Bancos Comunitários. A Figura 1 ilustra esse dado.

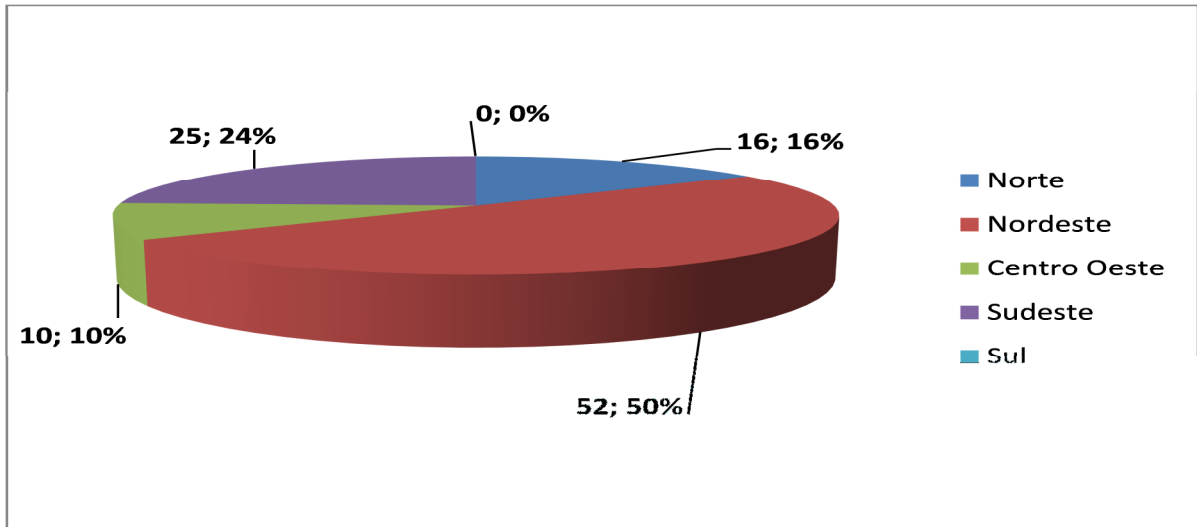
Figura 1: Mapa da Rede dos Bancos Comunitários no Brasil



Fonte: INSTITUTO PALMAS, 2013

A maior concentração de BCD encontra-se na Região Nordeste, com 50% do total. O Ceará, com 37 bancos, é o estado brasileiro com o maior número de bancos comunitários. O Gráfico 3 mostra a distribuição dos BCD por região.

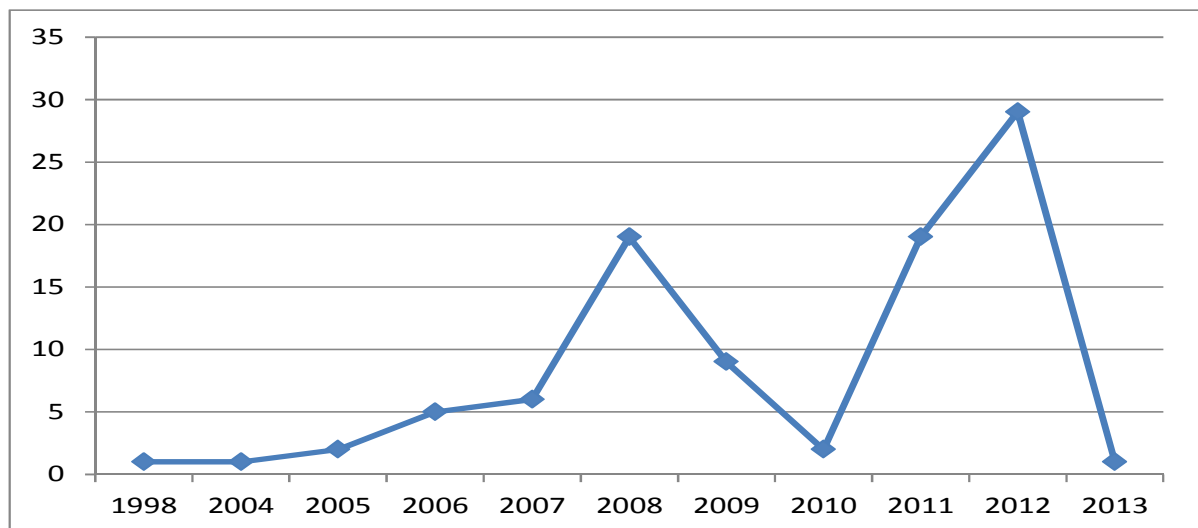
Gráfico 3 - Distribuição dos BCD, Regiões



Fonte: INSTITUTO PALMAS, 2013

Já o Gráfico 4 mostra a quantidade de Bancos Comunitários de Desenvolvimento criados em 1998 e depois de 2004 a 2013. Destaque para o ano de 2012, que teve a maior quantidade de bancos criados. Isso mostra a evolução e o bom desempenho que essas instituições vão tendo ao longo do tempo. Vale destacar que no ano de 2013 só foram contabilizados os bancos criados até março.

Gráfico 4 - Número de bancos criados até Março 2013



Fonte: INSTITUTO PALMAS, 2013

O Quadro 2 lista os 103 bancos comunitários do país, sua localização e sua respectiva moeda social.

Quadro 2: Bancos Comunitários, localização, moedas e ano de criação, Brasil, 2013

UF	MUNICÍPIO	NOME DO BANCO	NOME DA MOEDA	ANO DE CRIAÇÃO
AC	Rio Branco	Vitória	Arco-Íris	2011
AC	Rio Branco	Triângulo	s.i	2012
AP	Laranjal do Jarí	Farol	Centelha	2011
AP	Macapá	Forte	s.i	2012
AM	Manaus	Conquista	Liberdade	2011
AM	Manaus	Liberdade	Tucumã	2011
AM	Parintins	Parintins	Puxiruns	2011
BA	Cachoeira	Cidadania Quilombola	s.i	2012
BA	Cairu	Casa do Sol	Tinharé	2009
BA	Camaçari	Litoral	s.i	2012
BA	Canavieiras	Resex	s.i	2012
BA	Ouriçangas	Fonte de Água Fresca	s.i	2011
BA	Salvador	Guine	Samper	2009
BA	Simões Filho	Ecoluzia	Triha	2005
BA	Vera Cruz	Ilhamar	Concha	2008
CE	Acarape	Vale do Acarape	Vale	2011
CE	Acaraú	Dunas de Aranaú	Timbaúba	2011
CE	Beberibe	Bandesb	AB	2007
CE	Caridade	Pe. Quiliano	Caribelos	2008
CE	Cascavel	Bandesb	Bentos	2011
CE	Caucaia	Potira	Potiguara	2011
CE	Choró	Sertanejo	Sabiá	2008
CE	Chorozinho	Rio Choró	Castanha	2011
CE	Fortaleza	Pirambú	Pirambú	2008
CE	Fortaleza	Riosol	Rios	2008
CE	Fortaleza	São Cristovão	São Cristovão	2009
CE	Fortaleza	Palmas	Palmas	1998
CE	Fortaleza	Dendêsol	Dendê	2010
CE	Fortaleza	Sítio de São João	Ponto de Finanças Solidárias	2011
CE	Ibaretama	Serra Azul	Ibaré	2008
CE	Irauçuba	Amizade	Cactos	2008
CE	Irauçuba	Bancart	Ta	2006
CE	Irauçuba	Juazeiro	Cactos	2008
CE	Itaitinga	Itasocial	Ita	2011
CE	Itarema	Tremembé	Itas	2008
CE	Juazeiro do Norte	Timbaúbas	Timba	2012
CE	Madalena	Bansol	Sol	2008
CE	Maracanaú	Jaçana	Maracanã	2008
CE	Maracanaú	Pajú	Maracanã	2006
CE	Maranguape	Empreendedores	Prata	2006
CE	Maranguape	Itapebussu	Itapebussu	2008
CE	Mauriti	Buriti	Grão	2011
CE	Monsenhor Tabosa	Serra das Matas	Serra	2008
CE	Ocara	Ocards	Tupi	2008
CE	Pacatuba	Pacatubanco	Paca	2011
CE	Palhano	Artpalha	Castanha	2008
CE	Palmácia	Serrano	Palmeira	2005
CE	Paracurú	Par	Par	2004

Obs.: s.i - Sem Informação

Fonte: INSTITUTO PALMAS, 2013

Quadro 2: Bancos Comunitários, localização, moedas e ano de criação, Brasil, 2013 (continuação)

CE	Paramoti	Frei Diogo	Paz	2007
CE	Quixadá	Quixadá	Monólitos	2011
CE	Tamboril	Feticeiro	Acaraú	2008
CE	Tauá	Quinamuiu	Quinamuiu	2007
DF	Estrutural	Estrutural	Conquista	2012
DF	Itapoã	Itapoã	À Definir	2012
DF	Araponga	À Definir	À Definir	s.i
ES	Cariacica	Esperança	Rosa	2012
ES	Cariacica	Sol	Girassol	2008
ES	Serra	Abraço	Abraço	2012
ES	Vila Velha	Terra	Terra	2007
ES	Vila Velha	Verde Vida	Verde Vida	2008
ES	Vitória	Bem	Bem	2006
ES	Vitória	Puã	Puã	2012
GO	Iporá	Pequi	s.i	2012
MA	Alcântara	Quilombola	Guara	2007
MT	Alta Floresta	À Definir	s.i	s.i
MT	Cuiabá	Aroeira	Aroeira	2012
MT	Rondonópolis	Cerrado	Bacuri	2012
MS	Anastácio / Aquidauana	Pantanal	Pantaneira	2012
MS	Dourados	Pirapiré	Pirapiré	2006
MS	Ponta Porã	Ita	Ita	2012
MG	Chapada Gaucha	Chapadense	Veredas	2009
MG	Esmeraldas	Esmeraldas	Esmeraldas	2012
MG	Teófilo Otoni	Banclisa	Lisas	2012
PA	Ananindeua	Paar	Paar	2012
PA	Bélem	Castanheira	s.i	2012
PA	Bélem	Tucunduba	s.i	2012
PA	Bélem	Tupinambá	Moqueio	2009
PA	Gurupá	Aldeinha	Mutirão	2012
PA	Igarapé	Miri	Açaí	2012
PA	Jacundá	Paraiso	Sabia	2011
PA	Marituba	Marituba 1	s.i	s.i
PB	João Pessoa	Beira Rio	Ribeirinhos	2008
PB	João Pessoa	Jardim Botânico	Orquídeas	2012
PI	Pedro II	Rede Opala	s.i	s.i
PI	São João do Arraial	Cocais	Cocais	2007
RJ	Duque de Caxias	Saracuruna	s.i	2011
RJ	Niterói	Preventório	s.i	s.i
RJ	Rio de Janeiro	Cidade de Deus	Cdd	2011
RJ	Rio de Janeiro	Complexo do Alemão	s.i	s.i
RJ	Silva Jardim	Capivari	Capivari	2010
RN	São Miguel do Gostoso	Solidário	Gostoso	2013
RO	Guajará Miri	Pérola do Mamoré	s.i	s.i
SP	São Carlos	Nascente	Vidas	2012
SP	São Carlos	Santa Eudoxia	-	2012
SP	São Paulo	Apuanã	Apuanã	2009
SP	São Paulo	Autogestão	Moradias em Ação	2009
SP	São Paulo	Orquídea	Progressos	2012
SP	São Paulo	Pe. Leo Comissari	s.i	2012
SP	São Paulo	Paulo Freire	Freire	2009
SP	São Paulo	Tonato	Estrelas	2012
SP	São Paulo	União Sampaio	s.i	s.i
SP	São Paulo	Vista Linda	Vista Linda	2009
SE	Barra dos Coqueiros	Dunas	s.i	s.i

Obs.: s.i - Sem Informação

Fonte: INSTITUTO PALMAS, 2013

4.5 MOEDA SOCIAL E OS CLUBES DE TROCA

Desde 1994, tem-se o Real como a moeda oficial do Brasil. Mas o que pouco se sabe é que existem também outras dezenas de moedas circulando em vários lugares do país, que geram lucro e emprego para comunidades. São as moedas sociais, normalmente implementadas em lugares com baixo índice de desenvolvimento humano para estimular a economia da região.

4.5.1 Moeda Social e os Clubes de Troca: definições e prática

Antes de falar sobre Moeda Social, é válido abordar, mesmo que de forma superficial, o conceito e as funções da Moeda, do ponto de vista da teoria econômica convencional.

Segundo Lopes e Rossetti (1996), moeda pode ser conceituada como um bem econômico qualquer que desempenha as funções básicas de intermediário de trocas, que serve como medida de valor e que tem aceitação geral, sendo esse um fenômeno essencialmente social. O estoque de moeda consiste em ativos que podem ser usados imediatamente para efetuar pagamentos (DORNBUSCH; FISCHER, 2006).

A base monetária é constituída de moeda (notas e moedas) e de depósitos dos bancos no BACEN. Parte da moeda é detida pelo público. A moeda restante (cerca de 10%) é detida pelos bancos como parte de suas reservas (DORNBUSCH; FISCHER, 2006).

Ainda segundo Lopes e Rossetti (1996), a função essencial da moeda, geralmente caracterizada como razão principal do seu aparecimento, é a de servir como intermediário de trocas. Esta função permite a superação da economia de escambo e a passagem à economia monetária.

Outras funções da moeda seriam atuar como medida de valor, convertendo todas as moedas em uma mesma unidade padrão de medida além de atuar também como reserva de valor.

As características mais relevantes da moeda podem ser listadas como indestrutibilidade e inalterabilidade, onde a moeda deve ser suficientemente durável, no sentido de que não se destrua ou se deteriore; homogeneidade, ou seja, duas medidas monetárias de igual valor devem ser rigorosamente iguais; divisibilidade, onde a moeda deve possuir múltiplos em quantidade e variedade; transferibilidade, ou seja, a moeda deve ter facilidade em processar-se sua transferência de uma pessoa para outra.

Moeda Social Local Circulante, também chamada de circulante local, é uma moeda, complementar ao Real. Criada pelo Banco Comunitário, o circulante local tem por objetivo fazer com que o dinheiro circule na própria comunidade, ampliando o poder de comercialização local, aumentando a riqueza circulante na comunidade, tornando-se assim, um poderoso instrumento dos bancos comunitários na geração de trabalho e renda. As moedas sociais asseguram o desenvolvimento ao favorecer que essa riqueza gerada circule na própria comunidade.

Melo Neto Segundo e Magalhães (2008) complementam dizendo que, nos princípios de constituição do BCD,

(...) esta função da moeda social é para promover um novo tipo de relação com o dinheiro, a fim de restaurar os laços sociais degradados e propor uma "outra forma de organização da economia local", ousando "construir uma nova sociabilidade" diferente daquela que se baseia em trocas de mercado e no interesse exclusivo da satisfação pessoal e material. (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2008).

Junto com o Banco Palmas, primeiro banco comunitário do Brasil, fundado em 1998 para beneficiar o Conjunto Palmeira, bairro da periferia de Fortaleza, nasceu, em 2000, a moeda social Palmas, sendo essa a primeira moeda social do país. O sucesso do empreendimento possibilitou que, em 2003, fosse criado o Instituto Palmas, responsável pela abertura da maioria dos bancos comunitários brasileiros.

Figura 2: Moeda Social Palmas



Fonte: INSTITUTO PALMAS, 2013

De acordo com Rigo e Silva Júnior (2012), as moedas sociais nos BCD exercem duas funções distintas: a econômica, por um lado, e político, simbólico ou de identidade, por outro, onde, no primeiro caso, funcionariam como um mecanismo de incentivo para o consumo local resolvendo assim o problema de se consumir em outros bairros. A segunda função seria no sentido de valorizar a identidade territorial, que pode ser vista como uma estratégia política de afirmação do caráter associativo dos Bancos Comunitários.

(...) para ser viável o reforço das economias locais, tais moedas também devem desempenhar um papel simbólico de valorização da identidade territorial em oposição ao estigma os quais elas estão sujeitas. Esta revalorização da identidade pode ser vista como uma estratégia política de afirmação do caráter associativo dos BCD. (RIGO; SILVA JÚNIOR, 2012, p. 8).

Sendo assim,

(...) o processo de construção ou concepção iconográfica de moedas é muito importante na dinâmica comunitária estabelecida durante o processo de implantação de cada BCD. (RIGO; SILVA JÚNIOR, 2012, p. 9).

De acordo com Garcia (2010), as moedas sociais apresentam quatro características fundamentais:

- Não há incidência de juros em empréstimos desse tipo de moeda. Esse fator reforça a sua vocação para ser apenas um circulante.
- Indexação à moeda fiduciária oficial. Uma unidade monetária em moeda social equivale a uma unidade monetária em moeda oficial.
- Lastro. Além da indexação em moeda oficial que determina a paridade entre os dois tipos de moeda, para a circulação de uma unidade em moeda social, deve-se manter uma unidade real de moeda oficial. Ou seja, para cada moeda emitida, existe no banco comunitário, um correspondente em Real.
- As moedas sociais originarem-se de um pacto entre pessoas. A realização desse pacto é influenciada pela confiança e pela coesão social.

Além dessas características listadas, as moedas apresentam outras características como a sua produção com componentes de segurança (papel moeda, marca d'água, código de barra, números serial) para evitar falsificação; circulação livre no comércio local e, geralmente, quem compra com a moeda social recebe um desconto promovido pelos comerciantes e produtores para incentivar o uso da moeda no bairro; qualquer produtor/comerciante cadastrado no Banco Comunitário pode trocar moeda social por Reais caso necessite fazer uma compra ou pagamento fora do município/bairro.

Da mesma forma que o Banco Comunitário, o controle e as riquezas geradas pela moeda, ficam na comunidade.

As moedas sociais são geralmente utilizadas quando são organizadas as feiras e clubes de troca, que são formados, em geral, por pessoas carentes de oportunidades de se inserir na produção, principalmente, por falta de dinheiro. De acordo com Singer (2012), os Clubes de Troca “são particularmente numerosos e bem conhecidos em muitos países, tendo ressurgido⁵ na década de 1980 em Vancouver, na Canadá e na década seguinte na Argentina”.

Singer (2012) explica que, em períodos de crise econômica, existem pessoas aptas a produzir, porém sem mercados para vender as suas mercadorias, assim como pessoas necessitando comprar mercadorias, mas não dispõem de dinheiro para adquiri-las. Assim que essas pessoas se associam em Clubes de Troca, descobrem que podem trabalhar umas para as outras, satisfazendo assim, as suas necessidades de produção e consumo.

Para isso ser possível, os *prossumidores* necessitam de certa quantidade de moeda para as primeiras compras. A criação e uso da moeda social supre esse impasse. Cada associado recebe um empréstimo que deverá ser devolvido quando o sócio se retirar do Clube. Cada Clube de Troca tem um número limitado de sócios e tendem a formar redes com a finalidade de promover a ampliação do uso das suas moedas sociais. Esses clubes sempre tiveram uma dimensão territorial, daí sua denominação em inglês - LOCAL EMPLOYMENT AND TRADE SYSTEMS (LETS).

⁵ Há indícios que durante a grande depressão dos anos 1930, entidades semelhantes foram criadas em diversos países. (SINGER, 2012)

Uma feira de troca repensa o conceito de mercado e o de moeda. Houve uma deturpação com relação ao valor da moeda oficial. Com o fato de que muitas vezes se ganha mais com especulação do que com produção, a sociedade considera que a moeda tem valor em si.

Os membros dos Clubes podem decidir aumentar a quantidade de moeda social para aquecer as trocas. Porém, diferentemente da moeda oficial, há uma percepção clara de que a moeda é apenas a memória de uma transação comercial e não uma riqueza em si.

Assim, não é vantagem para os *prossumidores* acumularem ou não possuírem moedas. A moeda precisa circular, financiando assim a produção dos bens e serviços necessários para a comunidade. A moeda deixa de ser um símbolo de riqueza.

Para cumprir o seu papel, a moeda social deve agir não só nos clubes de troca e sim em toda a comunidade. Foi o que aconteceu com o Banco Palmas. Após a percepção que o seu clube de trocas (PALMARES) não havia dado certo, pois os seus sócios necessitavam de produtos básicos do dia a dia, enquanto apenas artesanatos eram comercializados, pois era o que sabiam fazer, viu-se a necessidade de expandir o uso da moeda. E isso foi feito valorizando a moeda social em relação ao Real, tornando-se mais desejado do que a moeda oficial, pois com ela a população da comunidade obtinha descontos sobre mercadorias comercializadas no bairro, aquecendo o comércio interno e retendo a riqueza gerada. A comunidade tornou-se um grande clube de trocas (SINGER, 2012).

Figura 3: Comerciantes que aceitam a Moeda Palmas



Fonte: MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2008

Segundo dados do Instituto Palmas, em 2012 estavam circulando no Brasil o valor de 500 mil em moedas sociais, com uma estimativa de 350 mil pessoas utilizando-as.

O Brasil não é o único a circular esse tipo de dinheiro. Na Argentina, por exemplo, após a crise econômica de 2001, as moedas sociais chegaram a atingir quase um milhão de pessoas. Há iniciativas também no México, na Bolívia, Chile, Peru, Austrália, Japão, Estados Unidos, França, Inglaterra, Bélgica, entre outros.

As Tabelas 2 e 3 mostram como estão distribuídas as moedas sociais pelo Brasil. Chama a atenção, mas não surpreende, o elevado número de moedas sociais no Estado do Ceará (45% do total). Devido ao pioneirismo do Banco Palmas, localizado em Fortaleza – CE, o Estado obteve grande êxito no trabalho de reprodução das experiências de Banco Comunitário e seus respectivos circulantes locais.

Tabela 2: Moedas Sociais por Estado

ESTADO	Nº DE MOEDAS
ACRE	1
AMAPÁ	1
AMAZONAS	3
BAHIA	4
CEARÁ	37
DESTRITO FEDERAL	3
ESPIRITO SANTO	7
MARANHÃO	1
MATO GROSSO	2
MATO GROSSO DO SUL	3
MINAS GERAIS	3
PARÁ	5
PARAÍBA	2
PIAUI	1
RIO DE JANEIRO	2
SÃO PAULO	7
TOTAL	82

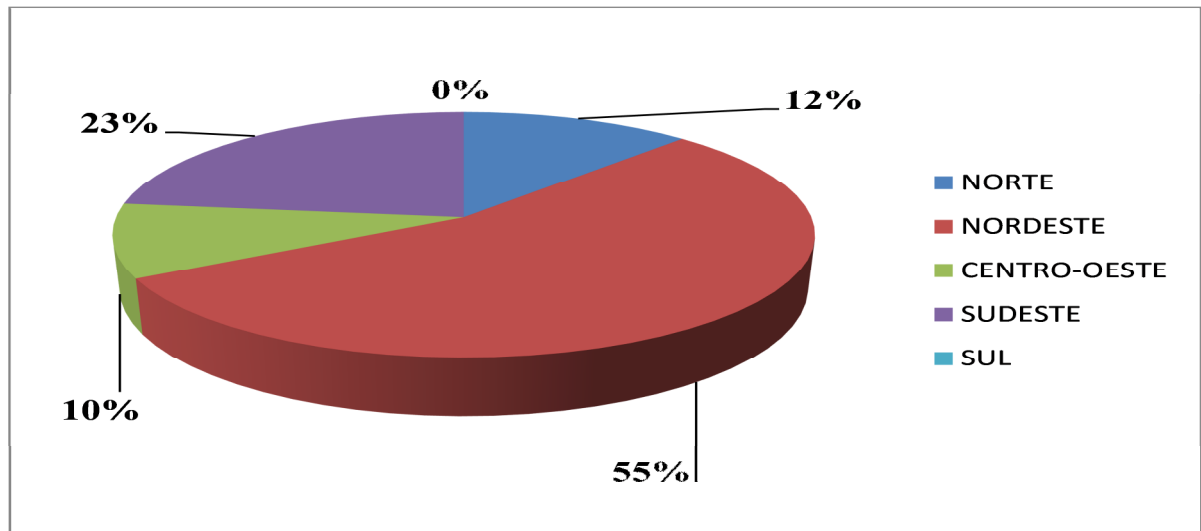
Fonte: INSTITUTO PALMAS, 2013

Tabela 3: Moedas Sociais por Região

REGIÃO	Nº DE MOEDAS
NORTE	10
NORDESTE	45
CENTRO-OESTE	8
SUDESTE	19
SUL	0
TOTAL	82

Fonte: INSTITUTO PALMAS, 2013

Gráfico 5 - Moedas Sociais por Região



Fonte: INSTITUTO PALMAS, 2013

De acordo com o Gráfico 5, a região Nordeste concentra o maior percentual das Moedas Sociais que atuam no país, com 55% do total. Já a Região Sul, de acordo com os dados do Instituto Palmas (2013), não possui moedas sociais.

5 CONCLUSÕES

Diante das constantes crises econômicas que, fatalmente levam a crises sociais, com conseqüente degradação das condições de vida, fica claro que um caminho alternativo deve ser apresentado.

Apesar de muitos enxergarem na economia solidária apenas um meio encontrado por produtores de baixa renda ou desempregados para sobreviver, o movimento solidário vem se mostrando como alternativa viável a essa realidade que priva milhões de pessoas de terem educação, saúde, lazer e tantas outras necessidades básicas de um ser humano.

Apesar da falta de consenso em relação ao significado de Economia Solidária e a mesma apresentar-se ainda como um termo em construção, seus ideais são bastante claros e pautam pelo respeito ao meio ambiente, a qualidade dos produtos, a preocupação com o bem estar da comunidade e a preferência pelos empreendimentos locais. Além disso, a economia solidária não combina com o consumismo, já que o objetivo dos empreendimentos solidários deixa de ser o lucro a qualquer custo.

A economia solidária conta com um poderoso instrumento, os bancos comunitários de desenvolvimento. Ao selecionar quem deve ser atendido pelos bancos, o sistema financeiro oficial acaba por excluir os que mais precisam dos seus serviços, formando uma massa que, geralmente desempregada, tentam de alguma forma crédito para iniciar algum tipo de produção independente que lhes possibilitem alguma renda.

E é nesse contexto que, atuando dentro de comunidades carentes, os bancos comunitários viabilizam o crédito aos excluídos financeiros, gerando renda e movimentando a economia local. Autodenominados de prossumidores, produtores de bens e serviços e, ao mesmo tempo, consumidores dessa produção, é muito comum dentro das comunidades o uso da moeda social, ou local circulante. Fazer essas moedas circularem é o grande segredo do sucesso desses empreendimentos pois, dessa forma, elas podem exercer o seu papel de financiadores da produção dos bens e serviços de que as pessoas precisam, assim como o seu consumo.

Dessa forma, os bancos comunitários surgem como parte de um sistema financeiro social, que vem para complementar o atual existente, mas sem deixar de competir com ele.

A Rede Brasileira de bancos Comunitários, tendo o banco Palmas como pioneiro, conta hoje com 103 bancos e mais de 80 moedas sociais espalhados pelo país. Isso mostra como essa prática é bem sucedida e tem muito com o que contribuir para o desenvolvimento econômico e social da nação.

Escolhas individuais podem contribuir para a sobrevivência e expansão do movimento solidário. Mesmo que um indivíduo não esteja diretamente envolvido em um empreendimento solidário, um olhar mais atento em relação à origem dos produtos que são consumidos no dia a dia das pessoas já será capaz de identificar a origem desses produtos e, dar preferência a produção solidária, ajuda a fortalecer o movimento.

Para finalizar, é preciso salientar que o conteúdo apresentado aqui não pode ser assumido em nenhuma hipótese como exaustivo sobre o tema, tampouco como uma orientação definitiva. Muito sobre esse tema ainda será discutido e debatido por administradores, economistas, sociólogos, estudiosos do assunto e, principalmente, maiores responsáveis pelo sucesso do movimento, a população carente do país.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, João C. Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Acesso em: 06 jul. 2013.
- CARVALHO Vinícius. **Exemplos para o sistema financeiro**. Disponível em: <http://www.rts.org.br/noticias>. Acesso em: 28 abr. 2013.
- COELHO, Júlia. **Economia solidária e desenvolvimento sustentável: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS, 2003**. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/52749>. Acesso em: 14 maio 2013.
- COSTA, Fernando Nogueira da. **Microcrédito no Brasil**. Campinas: IE/UNICAMP, 2010. (Texto para discussão, n. 175).
- CULTI, Maria Nezilda. Economia solidária: incubadoras universitárias e processo educativo. **Revista Proposta**, v. 31, n. 111, jan./mar. 2007.
- DORNBUSCH, Rudiger ; FISCHER, Stanley. **Introdução a macroeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1992.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho ; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. Bancos comunitários de desenvolvimento. In : CATTANI, Antonio David ; LAVILLE Jean – Louis ; GAIGER. Luiz Inácio ; HESPANHA, Pedro (Coord). **Dicionário Internacional da outra economia**. Coimbra : Edições Coimbra, 2009.
- FRANÇA FILHO; LAVILLE Jean – Louis. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 199p.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, p. 9-19, jun. 2002.
- _____, Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v.3, n. 5, 2001.
- FUNDAÇÃO LUÍZ EDUARDO MAGALHÃES. **Economia solidária: desafios para um novo tempo**. Salvador: FLEM, 2003, 132 p.
- GAIGER, Luiz Inácio, **Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje**. In. KRAYCHETE Gabriel *et al* (Org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 167-198.
- GARCIA, Bruno Daniel. **Bancos comunitários de desenvolvimento: um estudo sobre a implementação dos bancos comunitários ligados ao movimento de moradia no município de**

São Paulo, 2010, 136 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

GROSSO, Pauline; GOMES, Rosemary. **Economia solidária – atualizando o debate no Brasil**. [S.n.]: [S.l.], 2003.

INSTITUTO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA.

Relatório 2012. Disponível em:

<http://www.inovacaoparainclusao.com/uploads/4/2/2/8/4228830/instituto_palmas_me_system>. Acesso em: 06 ago. 2013.

KRAYCHETE, Gabriel. *et al* (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia solidária: conceitos e contextos**. Salvador: Fundação Luis Eduardo Magalhães, 2002.

_____. **Economia popular solidária: paisagens e miragens**. Salvador, 2007.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Campinas, UNICAMP: 2002.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia monetária**. 7. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 1998. 368 p.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres ricas soluções: Banco Palmas ponto a ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

_____. **Bancos comunitários de desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, 2006.

_____. **O poder do circulante local: a moeda social no conjunto Palmeira**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran. **Estudo exploratório em bancos comunitários: conceitos, características e sustentabilidade**. 2007, 140 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Banco comunitário: serviços financeiros solidários em rede**. Fortaleza: [s.n.], 2006.

RIGO, A. S. ; SILVA JÚNIOR, J. T. **O desafio do uso de moedas sociais nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) no Brasil: um estudo de caso do Banco Palmas**. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.liegs.ufc.br/index.php?option=com_docman&task=doc>. Acesso em: 17 mar. 2012.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCONP / Banco Palmas**. 2004. 99f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SINGER, Paul. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. p. 143-165.

_____. **Um sistema financeiro social**. Disponível em: www.rts.org.br. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Claudia Lucia Bisaggio. **Moeda social: um conceito, uma proposta de tipologia, limites e potencialidades**. Disponível em: <http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais>. Acesso em: 16 de nov. 2012.